

# DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

---

***Denise Tramontini Müller***

Bacharel em Direito, especialista em Educação Ambiental, mestre em Desenvolvimento – Linha de Pesquisa: Direito, Cidadania e Desenvolvimento da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. denise.tm@bol.com.br.

## **Resumo:**

O presente artigo analisa a questão da sustentabilidade ambiental. Resume as principais causas da problemática ambiental, considerando a atual crise que envolve a preservação e conservação dos recursos naturais. Procura conceituar crescimento econômico e desenvolvimento, considerando que o primeiro está diretamente relacionado com o aumento do PIB, enquanto o segundo refere-se à sustentabilidade, sendo de importante relevância destacar que a utilização do termo sustentabilidade, aqui, não diz respeito apenas à sustentabilidade ambiental, mas também à social, cultural, econômica e espacial.

## **Palavras-chave:**

Sustentabilidade. Crescimento econômico. Desenvolvimento.

## **Abstract**

The present article mentions the question the environmental sustainability. It summarizes the main causes of the environmental problematic, considering the current crisis that involves the question of preservation and conservation of the natural resources. Search to appraise economic growth and development, considering that the first one directly is related with the increase of the GDP, while the second, mentions to the sustainability, being of important relevance to detach that the use of the term sustainability, here, doesn't make a reference only for the environmental sustainability, but also for the social, cultural, economical and geographical.

## **Keywords:**

Sustainability. Economical growth. Development.

## **Sumário:**

Introdução. 1. A Problemática Ambiental. 2. Crescimento Econômico e Desenvolvimento 3. A Questão da Sustentabilidade. Conclusão. Referências.

## **INTRODUÇÃO**

---

Este artigo tem por objetivo abordar a questão da sustentabilidade, relacionando-a com desenvolvimento e crescimento econômico. Considerando a importância da sustentabilidade ambiental e social. Conceitua crescimento econômico e desenvolvimento, sendo este último considerado no sentido da sustentabilidade.

Em um primeiro momento o presente trabalho traz à discussão a problemática decorrente da atual crise ambiental, abordando suas principais causas e consequências, tanto para o meio ambiente quanto para os seres humanos, enfatizando o direito de todos a um meio ambiente sadio e equilibrado, bem como o dever comum de garantir este equilíbrio.

Posteriormente serão abordados os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento, bem como as implicações e características referentes a estes conceitos. Esta discussão objetiva elucidar aspectos que para muitos tornam esses dois termos sinônimos, quando é possível constatar grandes diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Por fim, a análise do artigo volta-se à questão da sustentabilidade, sendo esta abordada sob os aspectos sociais, culturais, econômicos, espaciais e ambientais, sob o prisma de estudiosos que mencionam maneiras de se conseguir a efetivação da sustentabilidade.

### **1. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL**

---

O atual cenário mundial apresenta um planeta com reais possibilidades de entrar em colapso, pois a degradação ambiental está se tornando uma ameaça à continuidade da vida. Percebe-se um aumento da poluição, da produção de lixo, do desmatamento, enfim, a sustentabilidade ambiental do planeta está em risco. Em decorrência do descaso com a questão ambiental, torna-se possível constatar o aquecimento global e catástrofes climáticas provocadas pelo excesso ou falta de chuva são cada vez mais frequentes.

No que se refere à questão da crise ambiental pela qual o planeta está passando e as suas consequências, é fundamental elucidar sua origem histórica, visando a compreender melhor sua trajetória, sendo o objetivo primeiro desta investigação encontrar alternativas de minimizar seus efeitos negativos. Na lição de Leff (2006b, p. 59),

a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais (grifo do autor).

As palavras de Leff enfatizam que a problemática ambiental surgiu nas últimas décadas do século 20 em decorrência do aumento excessivo da população, da acumulação de capital e da maximização dos lucros em curto prazo, aspectos que levaram ao aumento do consumo e, como consequência, à degradação dos recursos naturais. Sabe-se que existem recursos naturais renováveis e não renováveis, e os primeiros dependem da questão temporal para sua reposição na natureza. Se, no entanto, o consumo for excessivo, a natureza não consegue acompanhar o ritmo de degradação, do que resulta um déficit destes recursos e, automaticamente, um desequilíbrio ambiental, razão pela qual as taxas de consumo devem ser compatíveis com as taxas de reposição natural dos recursos renováveis. Os recursos não renováveis, por sua vez, devem ser substituídos por recursos alternativos, constatando-se, neste aspecto, os benefícios proporcionados pelos avanços tecnológicos e científicos.

Muitos estudiosos entendem que as preocupações com a preservação do ecossistema são desnecessárias, uma vez que os avanços da ciência e da tecnologia podem suprir qualquer demanda natural. Essa afirmação preocupa os economistas ecológicos, que entendem haver recursos naturais finitos e que não podem ser supridos por tais avanços, gerando assim uma crise generalizada que atinge a todos os habitantes do planeta. Diante desta iminente crise ambiental e social os esforços devem ser concentrados no sentido de se encontrar um ponto de equilíbrio que possa proporcionar uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Constata-se que uma das principais causas da atual problemática ambiental está vinculada com os avanços da modernidade,<sup>1</sup> de onde emerge a Revolução Industrial e, como consequência, as crises ambientais e sociais. As mudanças globais que são geradas pela crise socioambiental, que é resultante do processo de industrialização, instituem a necessidade de reforçar as bases ecológicas, bem como os princípios jurídicos e sociais, direcionando-os para a prática de uma gestão democrática dos recursos naturais, que tenha como foco central a preservação e conservação destes recursos, e que não vise apenas ao crescimento econômico. Diante de um cenário que pode evoluir para o esgotamento dos recursos naturais e, em decorrência, para o fim da humanidade, faz-se necessária a busca de alternativas mais sustentáveis e que continuem promovendo o desenvolvimento (Leff, 2006a).

Seguem na mesma direção as afirmações de Darcísio Corrêa e Elton Gilberto Backes (2006) quando alertam que a atual crise global, a ameaçar todas as formas de vida existentes no planeta, aponta para uma sociedade se autodestruindo. Esse processo, que teve como ponto de partida a Revolução Industrial, agravou-se. A lógica do mercado capitalista voltada para os avanços científicos e tecnológicos aprofundou consideravelmente esta crise. O modelo

---

<sup>1</sup> O termo modernidade é utilizado no sentido de representar um Estado que se propõe, a partir da racionalidade e de um planejamento embasado na ciência, nos direitos humanos, em valores éticos e morais, construir o progresso das nações, tendo sempre a dignidade e os direitos dos seres humanos como principal objetivo a ser alcançado pelo processo de modernização.

de mercado baseado no lucro, na exclusão social e na ausência de preocupações com as questões ambientais pode ser considerado ecologicamente suicida. Para tornar possível a reconstrução de um paradigma voltado para a sustentabilidade, faz-se necessária a construção de uma rede participativa e integrada entre a sociedade civil e o poder público.

Emir Sader e Carlos Walter Porto-Gonçalves, por sua vez, asseveram que a atual situação de risco é decorrente da intervenção irracional do ser humano, em razão dos avanços tecnológicos e científicos. Sendo assim, é possível constatar que a situação catastrófica que a humanidade enfrenta hoje é responsabilidade única e exclusiva de uma ação humana inconsequente. Observam os autores (2004, p. 29-30) que

a caracterização da sociedade como “sociedade de risco” traz um componente interessante para o debate acerca do desafio ambiental, na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade contemporânea corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente das intervenções do sistema técnico-científico. Assim, sofremos, reflexivamente, os efeitos da própria intervenção que a ação humana provoca por meio do poderoso sistema técnico de que hoje se dispõe.

Não é difícil constatar que o crescimento econômico de muitos países aconteceu à custa de sacrifícios de recursos naturais, renováveis e não renováveis, recursos estes que constituem atualmente um déficit ambiental imensurável. Identifica-se, neste sentido, a necessidade de que as formas contemporâneas de desenvolvimento tenham em conta, em primeiro plano, as demandas da sustentabilidade ambiental e social, considerando o ser humano parte integrante do ecossistema.

O principal desafio do terceiro milênio consiste, portanto, em definir um novo paradigma, no qual o ser humano, como ser-no-mundo, necessita reconstruir o ambiente do qual faz parte, e que atualmente corre riscos globais incalculáveis. O desenvolvimento capitalista exclusivamente voltado para os

avanços científicos e tecnológicos no campo econômico deixou de lado as questões sociais e ambientais, questões estas voltadas para a partilha e para a solidariedade. Beneficiaram-se com isso poucas grandes empresas, muito mais preocupadas com a acumulação de capital do que com as questões que afetam o convívio social. Este modelo unicamente voltado para a lógica do mercado lucrativo deixa de lado as preocupações com o ser humano e com o meio ambiente, voltando seus olhares apenas para o dinheiro, desconsiderando o ser humano como portador do direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado. Um novo paradigma, voltado para a sustentabilidade global, tem como compromisso primordial instaurar uma nova relação do homem com a natureza, procurando simultaneamente atender às demandas sociais e ao bem comum da natureza (Corrêa, 2006).

Todos estes problemas, a gerarem consequências tanto humanas e sociais quanto ambientais, estão estreitamente vinculados ao chamado processo de globalização econômica de cunho neoliberal, no qual o objetivo primeiro está voltado para a defesa do livre mercado capitalista, em que a preocupação com a justiça distributiva é substituída pela insaciável acumulação de lucros financeiros em mãos de privilegiadas megaempresas pouco preocupadas com as questões de uma cidadania planetária. Neste sentido, um novo paradigma está a exigir, a par da globalização econômica, uma igual globalização do usufruto dos direitos de cidadania, entre eles o direito a um meio ambiente saudável e equilibrado.

Corrêa (2006) defende que esta mudança de paradigma exige, também, uma mudança na linguagem referente à preocupação com a ecologia. A expressão *proteger a natureza* é um resquício da visão antropocêntrica, que via o ser humano como sendo externo a ela, com a incumbência de proteger uma propriedade cujo domínio lhe pertencia. Atualmente o termo *cuidado* com o ambiente expressa de forma mais precisa a necessidade de o homem cuidar do ambiente e de si mesmo como sendo parte integrante do ecossistema, e não apenas como um mero expectador e defensor de uma natureza da qual equivocadamente se julga

o centro. Dentro desta nova lógica de cooperação e de complementaridade, a relação se dá não apenas com os seres conscientes, mas também com todos os integrantes do ecossistema planetário.

O autor (2006, p. 81) destaca que não basta encontrar alternativas tecnológicas menos poluentes, nem mesmo mudar apenas o comportamento dos indivíduos; é necessário ir além, tendo sempre a sustentabilidade do planeta como princípio norteador. Em suas palavras,

a solução da crise ambiental não se limita ao desenvolvimento de novas tecnologias menos poluentes, nem a mudanças meramente comportamentais. É necessário, antes de tudo, reorganizar a base civilizacional, o paradigma e o modelo de desenvolvimento instituídos no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista, tendo como horizonte norteador a utopia de uma sustentabilidade inclusiva.

Considerando a complexidade que envolve a problemática ambiental e social que se apresenta no atual cenário mundial, torna-se necessário elucidar o real sentido das expressões crescimento econômico e desenvolvimento, procurando deixar claro que estas expressões não são sinônimas e, portanto, devem ser consideradas a partir do real significado que possuem. Neste sentido, e com o intuito de elucidar o conceito de tais expressões, o próximo tópico deste trabalho buscará trazer ao debate algumas considerações importantes relativas às expressões anteriormente mencionadas, e que podem ser consideradas de grande importância para a compreensão do assunto em debate.

## **2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO**

---

Todos os aspectos até aqui mencionados, relativos à atual crise ambiental e social, estão diretamente ligados à questão do desenvolvimento, tomado por alguns como sinônimo de mero crescimento econômico. Para que seja possível a real compreensão das expressões *crescimento econômico* e *desenvolvimento*, é preciso esclarecer melhor sua conceituação. Enquanto o crescimento econômico

está diretamente relacionado com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB), o desenvolvimento envolve questões bem mais complexas, dentre as quais podemos destacar a sustentabilidade, que, como veremos posteriormente, não se limita às questões ambientais.

A palavra *crescimento* está relacionada a mudanças quantitativas e não qualitativas, e significa aumento de dimensão, volume e/ou quantidade. Por sua vez, a expressão *crescimento econômico* está basicamente relacionada aos indicadores que podem ser mensurados pelo PNB e pelo PIB, significando, na explicação de Dieter Rugard Siedenberg e Rosa Valentim (2006, p. 63),

aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia (país ou região), em determinado período de tempo. Normalmente é medido pela variação do PNB (Produto Nacional Bruto: soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos) ou do PIB (Produto Interno Bruto: valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtoras).

Este conceito de crescimento econômico é entendido, por muitos, como sendo suficiente para que a expressão seja empregada como sinônimo de desenvolvimento, no entanto para constatar o complexo fenômeno do desenvolvimento é necessário considerar muitos outros indicadores, dos quais o crescimento econômico é parte integrante. Com o advento da modernidade o conceito de crescimento econômico evoluiu e, diante da necessidade de considerar as questões ambientais, o conceito contemporâneo apresenta alguns avanços, mas longe de serem considerados suficientes para garantir a sustentabilidade do planeta.

O acordo mútuo instituído entre os avanços da ciência e da tecnologia, que multiplicaram a capacidade de inovações, acabou por tornar cíclico o fenômeno do crescimento ao longo da história das civilizações. O processo moderno de crescimento, no entanto, cada vez mais depende do aproveitamento inteligente das inovações científicas e tecnológicas, além de reforçar as preocupações com

as questões ambientais, referentes à conservação dos ecossistemas, enquanto as formas antigas de crescimento não se preocupavam com essas questões e depredavam os recursos naturais (Veiga, 2007).

É pertinente salientar que, apesar de muitos estudiosos ainda defenderem o crescimento como sendo o único caminho possível para chegar ao desenvolvimento, a concepção moderna do conceito de crescimento evoluiu, incluindo-se nela a preocupação com as questões relativas à preservação dos recursos naturais, sendo, nesse sentido, possível afirmar que, de uma ou outra forma, o ponto de convergência entre todas as correntes é de que a necessidade de proteção e defesa dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência da humanidade.

Diante do afirmado, é possível constatar que a expressão *crescimento econômico* está longe de ser o conceito ideal para definir *desenvolvimento*, uma vez que este termo é bem mais amplo e complexo, não podendo, por isso, serem considerados sinônimos. No entendimento de Sergio Boisier (2006, p. 69),

[...] pode-se afirmar que o desenvolvimento é entendido como a obtenção de um contexto, meio, *momentum*, situação, âmbito, ou como se preferir chamá-lo, que possibilite a potenciação do ser humano para que ele se transforme em pessoa humana, na sua dupla dimensão biológica e espiritual, capaz nesta última condição de conhecer e amar. Isso significa recolocar o conceito de desenvolvimento num quadro construtivo, subjetivo e intersubjetivo, valorativo ou axiológico e, com certeza, endógeno, ou seja, diretamente dependente da autoconfiança coletiva na capacidade para inventar recursos, movimentar aqueles que já existem e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território.

Percebe-se que neste conceito de desenvolvimento a peça central de todo o processo é o ser humano, o que possibilita assegurar que o desenvolvimento somente se justifica se for considerada a valorização e a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, seja por meio de benefícios ambientais, sociais ou outros considerados essenciais para sanar suas necessidades básicas.

É possível afirmar, portanto, que o conceito de desenvolvimento está ainda em construção, pois se encontra em fase de transição entre um entendimento clássico, que o remetia à condição de mero crescimento econômico, e uma nova conceituação, que o remete para uma compreensão bem mais abrangente, que engloba, dentre outros, fatores subjetivos relacionados diretamente à questão da sustentabilidade ambiental e social, a incluírem a melhoria na qualidade de vida dos seres humanos. Vão neste sentido as afirmações de Antonio Cabral e Leonardo Coelho (2006, p. 24-25), quando destacam que

historicamente a palavra desenvolvimento veio associada à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riquezas, daí a forte vinculação do termo desenvolvimento com progresso técnico, crescimento econômico, industrialização e modernização e outras expressões correlatas. Não raro essas expressões têm sido utilizadas de modo intercambiável, como se fossem sinônimas, visto que o crescimento econômico e a incorporação do progresso técnico tornaram-se os objetivos centrais das políticas de desenvolvimento experimentadas em diversos países, ficando a erradicação da pobreza e dos desníveis regionais como objetivos secundários ou dependentes dos primeiros. Ou seja, as desigualdades sociais e regionais acabariam sendo eliminadas pelos efeitos do crescimento econômico continuado, mediante o transbordamento dos benefícios concentrados no topo da pirâmide social para os demais segmentos da sociedade (*trickle down effect*). A proposta de *crescer primeiro para distribuir depois* é coerente com essa forma de pensar o desenvolvimento [...] [grifo do autor].

Ao longo de toda a História os elos que uniam a expressão crescimento econômico e o termo desenvolvimento foram fortalecidos por meio da concepção que voltava os objetivos das estruturas produtivas para a produção de riquezas. Hoje, no entanto, o cenário que se apresenta hoje é outro, tendo em vista que os recursos naturais são escassos, a poluição e a degradação ambiental tomaram dimensões preocupantes, tornando imprescindível redirecionar o rumo desta trajetória, de forma a incluir a preocupação, dentre outras, com as questões humanas.

Ignacy Sachs e Paulo Freire Vieira (2007) apresentam uma visão mais humanista quando definem o desenvolvimento como um processo intencional e autodirigido de transformação e de organização das estruturas socioeconômicas, voltado para garantir a todos oportunidades de viverem plenamente e de forma gratificante, munindo-se de alternativas de subsistências dignas e melhorando progressivamente seu bem-estar, sejam quais forem suas origens ou o momento histórico.

Percebe-se, dessa forma, que, enquanto a expressão crescimento econômico se relaciona apenas a fatores quantitativos, ou seja, ao aumento do PNB ou do PIB, o termo desenvolvimento abrange os aspectos qualitativos, objetivando à melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e, em consequência disso, potencializa a condição de seres capazes de conhecer e amar. Embora um dos pontos de convergência entre os defensores dos dois termos seja o fato de o crescimento econômico ser parte integrante e necessária para que o desenvolvimento aconteça, os economistas ecológicos entendem que os fatores envolvidos neste complexo processo são bem mais abrangentes, não bastando apenas os elevados índices de PIB e de PNB para caracterizar desenvolvimento.

Tendo como ponto de partida as afirmações expostas, observa-se que a contraposição encontrada entre crescimento econômico e transformação técnica, por um lado, e a trágica situação social de muitas pessoas, cujas vidas estão sendo desperdiçadas, por outro, pode-se constatar que o crescimento *per se* não é suficiente para promover o desenvolvimento e, como consequência, para tornar os indivíduos mais felizes. Na melhor das hipóteses, pode produzir leves efeitos benéficos para as pessoas que se encontram na base da pirâmide social, desde que as taxas de crescimento sejam muito elevadas. De regra, a situação mais comum é a do crescimento aumentando as desigualdades sociais. Destaque-se, no entanto, que o fato de crescimento não ser sinônimo de desenvolvimento não significa que ambos devam ser interpretados como sendo um oposto ao outro. O crescimento, quando voltado para minimizar os impactos ambientais e sociais negativos é considerado necessário para efetivar o processo de desenvolvimento (Sachs; Vieira, 2007).

Desconstruir a ideia de desenvolvimento relacionada ao mero crescimento econômico não é tarefa simples. Em razão de tais expressões serem utilizadas, durante muito tempo, como sinônimos, a reconstrução de um novo conceito encontra muitas barreiras, uma vez que o novo sentido do termo desenvolvimento remete para questões bem mais complexas, que vão muito além da questão econômica, envolvendo também as problemáticas ambientais, sociais e humanas, voltadas para a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. O certo é que as formas tradicionais de crescimento econômico, normalmente, aumentam as desigualdades sociais.

Segundo as convicções de José Eli da Veiga (2007), o crescimento econômico representa apenas um meio e não um fim, e suas capacidades são variáveis no que se refere a fazer com que a sociedade atinja os objetivos desejados. Esta concepção de crescimento econômico, no entanto, encontra resistência no que tange à questão de análises sobre o atual nível de desenvolvimento do Brasil, sendo que algumas discussões apresentam, ainda, verdadeira obsessão pelo crescimento econômico, sob o ingênuo argumento de que este mantém relação automática, constante e permanente com o desenvolvimento. Apesar de as ideias divergirem em relação aos aspectos mencionados, nas últimas três décadas o Brasil mostrou-se à frente de outros países no que se refere à capacidade de transformar crescimento em desenvolvimento.

A análise de Veiga apresenta um aspecto positivo no processo de desenvolvimento do Brasil. O fato de maximizar os efeitos positivos do desenvolvimento, considerando a necessidade de manter uma relação de equilíbrio entre homem e natureza é fator fundamental e condição básica para garantir que o desenvolvimento, embora de forma lenta, aconteça sem aumentar as desigualdades sociais já existentes e os problemas ambientais. Embora o processo de desenvolvimento possa ser mais lento e mais complexo do que o crescimento econômico, é mais sustentável a curto e longo prazos.

Este autor (2007, p. 64) destaca, no entanto, que a sintonia entre crescimento e preservação dos ecossistemas é entendida por muitos como sendo uma antinomia, salientando que este é um objeto

[...] forçosamente considerado impossível pela estrita razão analítica, principal e mais ampla corrente da atual cultura filosófica. Como o crescimento sempre se deu em detrimento da conservação da natureza, qualquer expressão que denote a vontade de contrariar esse fato só pode ser entendida como antinomia ou oxímoro. [...] Pretender crescer sem destruir seria a mesma coisa que buscar a quadratura do círculo.

Todos esses aspectos relevantes anteriormente apresentados permitem constatar que é de fundamental importância encontrar um ponto de equilíbrio entre crescimento e preservação dos recursos naturais, ou seja, entre os estudiosos da área, tanto da corrente tradicional, que considera o crescimento a tábua de salvação e único caminho para chegar ao desenvolvimento, quanto da corrente dos economistas ecológicos, que consideram o *crescimento sustentável* um meio e não um fim para se desenvolver. O ponto de convergência entre ambas é o de que o crescimento é necessário para o desenvolvimento. Sua divergência consiste em que para os primeiros o crescimento é condição básica, enquanto para os segundos é parte integrante de um complexo sistema que tem como centro a preservação ambiental e a melhoria na qualidade de vida do ser humano.

As práticas que dão ênfase ao crescimento econômico e à modernização dos sistemas produtivos visando ao lucro financeiro em detrimento dos programas de desenvolvimento que priorizam as questões humanas, sociais e ambientais conduziram o planeta à miséria e à degradação humana e ambiental. Essas práticas remetem, neste início de milênio, a profundas revisões sobre o real significado da expressão desenvolvimento, no que a ONU<sup>2</sup> tem sido uma grande aliada nos estudos relacionados a essa problemática (Cabral; Coelho, 2006).

A ONU, preocupada com as questões da sustentabilidade planetária, organizou importantes conferências, com destaque para a Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, que aconteceu em 1972, e a Conferência sobre

---

<sup>2</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas foram e continuam sendo um importante fórum de debates sobre desenvolvimento, dentre eles podemos destacar o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1972.

Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que teve como sede a cidade do Rio de Janeiro em 1992. Em ambas o assunto central em debate foi a questão da sustentabilidade ambiental. Apesar disso, 20 anos se passaram entre elas e os avanços ocorridos neste período não foram muito significativos em âmbito internacional, embora no plano nacional os avanços tenham sido mais significativos (Sachs; Vieira, 2007).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo em 1972, pode ser considerada um importante marco para uma nova compreensão sobre o processo de desenvolvimento e a relação que este possui com o meio ambiente. Uma das importantes contribuições foi a de compreender o desenvolvimento e o meio ambiente como partes integrantes de um mesmo processo. A ideia de desenvolvimento como um direito de todos os indivíduos, voltado para a preocupação com o meio ambiente, visando à qualidade de vida das presentes e futuras gerações, é o princípio primeiro que compõe a Declaração sobre o Ambiente Humano (Cabral; Coelho, 2006).

Sachs e Vieira (2007), por sua vez, observam que a Conferência de Estocolmo apresentou um compromisso entre os dois pontos de vista opostos, no que tange à definição mais adequada do termo desenvolvimento; esse compromisso foi denominado “meio-termo”, e reafirmava a necessidade de um crescimento equitativo que levasse em consideração as questões ambientais. Sob este prisma, qualquer estratégia de desenvolvimento deve obrigatoriamente considerar os critérios da *equidade*, da *prudência ecológica* e da *eficácia econômica*.

Como já observado, a ONU tem sido uma grande aliada na preocupação de enfrentar as questões relacionadas ao desenvolvimento, de auxiliar nos debates e de buscar alternativas para minimizar os problemas já existentes, organizando importantes fóruns de debates, dentre eles a Conferência de Estocolmo e a do Rio de Janeiro. Sachs e Vieira (2007) observam, no entanto, que passados 20 anos entre as duas conferências, pouco se fez de concreto para mudar a trajetória de descaso com as questões sociais e ambientais. Considerando que a Conferência do Rio de Janeiro ocorreu em 1992, constata-se que até os dias de hoje se passaram quase duas décadas, e os problemas continuam sendo mui-

tos. Disso resulta a urgente necessidade de uma mudança de atitude por parte de governantes, empresários, sociedade civil, em um processo de mobilização conjunta em favor da solução desta problemática global.

Quando se fala em uma nova forma de desenvolvimento é necessário considerar não apenas o crescimento econômico, mas principalmente a sustentabilidade social e ambiental. Vão neste sentido as ponderações de Corrêa e Serrer (2005, p. 83), ao concluírem que

[...] uma nova forma de desenvolvimento tem como premissas: a análise prévia das particularidades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas de cada localidade, bem como a formulação de padrões específicos e sustentáveis de desenvolvimento, com destaque para planejamentos locais e comunitários que envolvam a ação direta dos agentes sociais. Enfim, um projeto de ação local com repercussão global, no qual desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente traçado no caminho social, exige a construção de condições próprias, singulares para cada contexto social.

O desenvolvimento não pode ser visto como uma receita de bolo, em que basta usar os ingredientes necessários e seguir a receita de forma correta e como em um passe de mágica o desenvolvimento acontece. O desenvolvimento é bem mais complexo, e exige análise e considerações das questões e peculiaridades locais, para, nesse contexto, encontrar o caminho mais eficaz e menos agressivo de promover o tão almejado desenvolvimento. Para tanto, é necessário comprometimento e responsabilidade por parte de todos os envolvidos na promoção deste processo.

Ainda em relação à concepção do termo desenvolvimento, é possível afirmar que existem três formas de caracterizá-lo. A mais utilizada é tratar o desenvolvimento como um sinônimo de crescimento econômico. A segunda forma de abordá-lo pretende mostrar que este não passa de um mito, de uma ilusão, ou mesmo de uma manipulação ideológica, algo impossível de acontecer. A terceira corrente é composta por pensadores menos conformistas que afirmam que o

desenvolvimento não tem nada de mito e nem pode ser reduzido a crescimento econômico, devendo necessariamente considerar a questão da sustentabilidade e as liberdades proporcionadas pelo processo de desenvolvimento (Veiga, 2006).

Segundo este autor (2006), a primeira forma encontra-se respaldada pelos economistas clássicos, que reduzem o significado do termo desenvolvimento a crescimento econômico, e consideram basicamente o PIB como indicador para medir este crescimento. Com o advento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), porém, que lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como forma de evitar que o único critério para definir o crescimento econômico fosse o PIB, tornou-se estranho definir os dois termos como sinônimos.

A segunda forma, que aborda o desenvolvimento como mito, tem como um de seus expoentes Celso Furtado (1996), que em 1974 escreveu a clássica obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Nela o autor afirma que o desenvolvimento não passa de um mito, de uma ilusão, e que discutir sustentabilidade, neste contexto, seria como colocar uma nova máscara no que já é fantasioso. Esta versão do conceito de desenvolvimento produz uma certa comodidade, e desmotiva a busca de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Dentre os estudiosos que consideram o desenvolvimento relacionado à questão da sustentabilidade e das liberdades dos indivíduos, e que acreditam que o desenvolvimento não deve ser considerado um mito e nem mesmo reduzido a mero crescimento econômico, encontra-se o renomado economista indiano Amartya Sen, que em 1998 recebeu o Prêmio Nobel de Economia e que pode ser considerado um dos principais expoentes da terceira corrente que busca definir desenvolvimento.

Sen (2000) traz um conceito ainda mais amplo do termo, em sua clássica obra *Desenvolvimento como Liberdade*, na qual afirma que o principal objetivo do desenvolvimento deve ser o de promover a liberdade do indivíduo. Esclarece, a respeito, que existem várias formas de privação de liberdade, tais como fomes

coletivas, pobreza, desigualdade, mortalidade, baixa qualidade de vida, dentre muitas outras. O autor enfatiza a necessidade de o desenvolvimento ter como aspecto central sanar estas privações e proporcionar liberdades aos indivíduos.

Para este autor o termo desenvolvimento vai muito além de significar apenas desenvolvimento econômico, pois para se ter uma concepção correta de desenvolvimento é necessário ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do PIB e de outras medidas relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar diretamente relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das liberdades que estes desfrutam.

Esclarece ainda que o aumento da liberdade humana deve ser também o principal meio e não somente o principal fim do desenvolvimento, no sentido de que a avaliação das liberdades reais desfrutadas está diretamente relacionada ao objetivo do desenvolvimento. As liberdades incluem componentes distintos, porém correlacionados, como as facilidades econômicas, as liberdades políticas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Os objetivos medianos e finais do desenvolvimento devem colocar a perspectiva da liberdade no centro do palco e, sendo assim, os indivíduos devem ser vistos como agentes ativos desse complexo processo.

Uma das principais dificuldades reside justamente nessa diversidade de concepções sobre desenvolvimento, colocando-se em lados opostos os principais sistemas teóricos, o que influencia profundamente as políticas públicas. Enquanto os economistas clássicos se aliam à corrente que considera a sustentabilidade um mito e defendem a ideia do crescimento econômico, os economistas ecológicos definem o desenvolvimento como diretamente relacionado à questão da sustentabilidade, como sendo a única forma de manter o equilíbrio ambiental do planeta.

Do afirmado resulta um confronto entre a economia tradicional e a economia ecológica. A primeira considera o consumo como aspecto central, sendo que o sistema econômico nele se sustenta, buscando atender às demandas dos consumidores. Neste tipo de economia acredita-se que os recursos naturais

podem ser substituídos por meio dos avanços tecnológicos e científicos. Na economia ecológica, por sua vez, ocorrem significativas mudanças, pelo fato de os seres humanos serem tomados como sendo parte integrante do ecossistema, cabendo-lhes a missão de preservá-lo e de buscar alternativas econômicas que não agridam tanto o meio ambiente (Souza, 2002). Dessa última perspectiva pode-se deduzir que o verdadeiro desenvolvimento somente ocorre se for respeitada a sustentabilidade, não se reduzindo o desenvolvimento a mero crescimento econômico, que não considera suas implicações nocivas ao ecossistema.

A grande maioria dos estudiosos e defensores da sustentabilidade considera o crescimento econômico um importante fator para alcançar o desenvolvimento, embora não seja por si só suficiente, necessitando da complementaridade de outros importantes fatores no processo de desenvolvimento. O surgimento desta corrente intermediária pode significar um importante ponto de convergência entre as diferentes abordagens que anteriormente se opunham em todos os aspectos. Esse possível entendimento pode ser considerado um significativo avanço no sentido de unir forças em torno de um único ideal: o desenvolvimento preocupado com a sustentabilidade.

### **3. À QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE**

---

Por sua vez, a compreensão do conceito de sustentabilidade é de fundamental importância, uma vez que o termo sustentabilidade vai muito além de significar unicamente a sustentabilidade ambiental. Buscar-se-á, nos próximos parágrafos, dimensionar a profundidade deste termo, elencando a questão da sustentabilidade em suas diversas modalidades ou dimensões.

O princípio da sustentabilidade surgiu diante da necessidade iminente de proteção e de preservação do meio ambiente vinculado à questão do crescimento econômico, com o fim de demarcar os limites da globalização, servindo igualmente de sinal de alerta visando à reorientação do processo civilizatório da humanidade. Decorrente da crise ambiental, este princípio veio com a finalidade de provocar questionamentos em relação à racionalidade e aos paradigmas

teóricos que impulsionaram o processo de crescimento econômico ignorando a natureza. O princípio da sustentabilidade aparece como um critério para normatizar a reconstrução da ordem econômica, buscando estabelecer condições para a sobrevivência humana e dar suporte ao desenvolvimento sustentável, questionando as formas tradicionais de desenvolvimento (Leff, 2005).

A partir dessas afirmações pode-se constatar que a sustentabilidade é algo bastante complexo, no entanto, segundo as considerações de Paulo Roberto Pereira Souza (2002, p. 294), parece simples promover a sustentabilidade, pois, em seu entendimento, para executá-la não é necessário muito esforço, bastando

[...] observar os seguintes critérios: para os recursos renováveis, a taxa de uso não deve exceder a taxa de regeneração e ter-se-á um rendimento sustentável; para os recursos não renováveis, as taxas de geração de recursos para o projeto não devem exceder a capacidade assimilativa do ambiente e o esgotamento dos recursos não renováveis deve requerer taxas compatíveis de substitutos renováveis para esses recursos. Abandonando aquela idéia da economia tradicional, que os recursos são infinitos e que têm infinita capacidade de renovação em razão do desenvolvimento tecnológico e das possibilidades geradas pelas ciências.

O discurso da sustentabilidade foi sendo legitimado e oficializado mais amplamente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Observe-se, todavia, que a consciência ambiental emergiu já na década de 60, alicerçada na *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, e teve sua expansão na década de 70, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Nessa Conferência foram demarcados os limites da racionalidade econômica e os desafios que seriam enfrentados em relação à degradação ambiental e ao projeto civilizatório moderno. Percebeu-se que o progresso tecnológico não é mais capaz de resolver os problemas causados pela escassez, não sendo possível substituir recursos escassos por outros encontrados com abundância e nem mesmo encontrar depósito para os dejetos gerados pelo crescimento excessivo da produção (Leff, 2005).

Para o mesmo autor, a questão da sustentabilidade surge evidenciando o sinal de uma crise da razão econômica que conduz o processo de modernização, tornando necessária a instituição de políticas orientadas no sentido de introduzir formas alternativas de desenvolvimento, que estejam voltadas para o desenvolvimento sustentável. A grande dificuldade encontrada atualmente reside na negação das verdadeiras causas da crise socioambiental e no firme propósito que visa ao crescimento irracional da economia.

Para Leff, sustentabilidade ambiental não significa apenas tornar os processos produtivos ecologicamente sustentáveis, criar tecnologias para reciclar o lixo contaminado, instituir novas normas aos processos econômicos ou valorizar os recursos naturais e culturais. A gestão ambiental voltada para a sustentabilidade faz emergir a necessidade de novos conhecimentos interdisciplinares e de organizações voltadas para o planejamento intersetorial do desenvolvimento, levando o cidadão a participar na busca de alternativas sustentáveis para sanar suas necessidades e realizar seus projetos de vida.

Sachs e Vieira (2007) assim explicitam as cinco dimensões do ecodesenvolvimento ou da sustentabilidade: *sustentabilidade social*, que tem como objetivo a construção de uma civilização que possua maior equidade em relação à distribuição de renda e de bens, de maneira a reduzir as desigualdades sociais; *sustentabilidade econômica*, que deve ser viabilizada por uma organização mais eficiente dos recursos e dos investimentos, sejam eles públicos ou privados. O desempenho econômico deve ter como indicadores não apenas critérios da rentabilidade empresarial microeconômica, mas também aspectos macrosociais; *sustentabilidade ecológica*, que pode ser maximizada por meio de ferramentas como: intensificar o uso do potencial de recursos do ecossistema, provocando o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis, substituindo-os por recursos renováveis e que não agridam tanto o ecossistema; diminuir a quantidade de resíduos e poluição; limitar o consumo material pelos países ricos e pelos indivíduos; qualificar e intensificar a pesquisa, visando à obtenção de tecnologias menos poluentes em todas as áreas e definir normas para uma adequada e

eficiente proteção ao meio ambiente; *sustentabilidade espacial*, que deve buscar o equilíbrio entre o meio rural e urbano com ênfase na redução da concentração das águas das metrópoles; acabar com a destruição dos ecossistemas frágeis, decorrentes do descontrole da colonização; redirecionar a agricultura para a sustentabilidade, mediante pacotes tecnológicos, crédito e acesso a mercados; aproveitar o potencial de industrialização descentralizada, dando ênfase especial às indústrias de biomassa; criar redes de reservas para proteger a biodiversidade; e por fim a *sustentabilidade cultural*, incluindo a busca das vertentes endógenas dos paradigmas de modernização e de sistemas agrícolas integrados, visando ao ecodesenvolvimento.

Veiga (2007, p. 67-68), por sua vez, é enfático ao afirmar que para o desenvolvimento sustentável se tornar efetivamente uma realidade, é necessário que a civilização moderna assuma uma agenda ambiental composta por 12 desafios significativos. Em suas palavras,

[...] quatro decorrem de destruições ou perdas de recursos naturais: hábitat, fontes protéicas, biodiversidade e solos. Três batem em limites naturais: energia, água doce e capacidade fotossintética. Outros três resultam de artifícios nocivos: químicos tóxicos, espécies exóticas e gases de efeito estufa ou danosos à camada de ozônio. E os dois últimos concernem às próprias populações humanas: seu crescimento e suas aspirações de consumo.

Enquanto Sachs e Vieira referem cinco pilares ou ainda cinco dimensões para garantir a sustentabilidade, Veiga menciona 12 desafios que seriam capazes de conduzir o desenvolvimento rumo à sustentabilidade. Diante dos pilares, dimensões ou desafios, seja qual for a denominação dada pelos estudiosos da área, é possível constatar a necessidade de mudanças consideráveis de atitudes. Somente a sociedade atual pode mudar o destino trágico traçado ao longo dos anos por todas as gerações que pisaram no solo do planeta. Os pensadores mais

radicais dizem não ter muito a fazer e afirmam que o apocalipse está por vir, enquanto para os mais otimistas a decisão sobre o futuro do planeta ainda pode ser tomada, desde que a consciência ecológica contamine o homem moderno.

## CONCLUSÃO

---

O planeta está passando por uma grave crise ambiental e social, crise esta decorrente do descaso para com o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais. Enquanto o mercado capitalista concentra suas forças na promoção de um crescimento econômico, que objetiva apenas o aumento do PIB, deixando de lado as preocupações com as questões ambientais e sociais, o planeta Terra está sendo destruído, e em muitos casos de forma irreversível. Observa-se o esgotamento de recursos naturais, a poluição, a produção de lixo, que decorrem da busca pelo crescimento econômico, como atividades insustentáveis.

Por sua vez, o discurso do desenvolvimento sustentável é cada vez mais frequente. As ideias voltadas para a sustentabilidade são cada vez mais divulgadas, e espera-se que sejam postas em prática, sob pena de não o sendo, o planeta rumar para o colapso. Alternativas de promoção de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade não faltam, necessário é que haja vontade e consciência para mudar os rumos desta história, e assim, conduzi-la a um final feliz.

## REFERÊNCIAS

---

BOISIER, Sergio. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord.). *Dicionário de Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

CABRAL, Antonio; COELHO, Leonardo (Orgs.). *Mundo em transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORRÊA, Darcísio. Transição paradigmática e sustentabilidade planetária. *Trabalho e ambiente*. Caxias do Sul: Educs, v. 4, n. 7, p. 63-83, jul./dez. 2006.

CORRÊA, Darcísio; BACKES, Elton Gilberto. Desenvolvimento sustentável: em busca de novos fundamentos. In: PAVIANI, Jayme; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes (Org.). *Direito ambiental: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

\_\_\_\_\_; SERRER, Fernanda. Espaço público e desenvolvimento: a encruzilhada da cidadania. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Ed. Unijuí, ano 3, n. 6, p. 61-86, jul.-dez. 2005.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

SADER, Emir; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Org.). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard; VALENTIM, Rosa. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord.). *Dicionário de desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SOUZA, Paulo Roberto Pereira. Garantia da vida com qualidade. In: PHILIPPI, Arlindo Junior et al. (Ed.). *Meio ambiente, direito e cidadania*. São Paulo: Signus, 2002.

VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Senac, 2007.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Recebido em: 25/4/2011

Aprovado em: 30/6/2011